O Uso da Inteligência Artificial no Direito: Desafios e Perspectivas

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Fernanda Louback Maciel

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O Direito, historicamente marcado por tradições e formalismos, encontra-se diante de uma profunda transformação decorrente da integração de novas tecnologias, especialmente a Inteligência Artificial (IA). Essa mudança não apenas impacta a forma como profissionais do setor acessam, organizam e interpretam informações jurídicas, mas também redefine a relação entre cidadãos e instituições. Ferramentas de IA já auxiliam em atividades como análise de jurisprudência, automação de documentos, detecção de fraudes e otimização de processos judiciais, contribuindo para maior eficiência e celeridade. Nesse contexto, torna-se essencial compreender as potencialidades e limitações desse avanço, refletindo sobre os benefícios, os riscos éticos e os impactos sociais de sua aplicação no âmbito jurídico.

Objetivo

O presente trabalho busca analisar, à luz da literatura e da legislação brasileira, como a Inteligência Artificial pode contribuir positivamente para o Direito, promovendo maior acesso à justiça, simplificação da linguagem jurídica, agilidade na interpretação jurisprudencial e modernização das práticas profissionais.

Material e Métodos

Para a realização deste estudo, adotou-se o método qualitativo, fundamentado na análise de dados secundários obtidos em artigos científicos, livros especializados e relatórios institucionais. A pesquisa explorou diferentes perspectivas teóricas e práticas sobre a integração da Inteligência Artificial no campo jurídico, permitindo uma abordagem crítica e multidisciplinar. Além disso, foram consultadas normas e legislações brasileiras que tratam de inovação tecnológica e proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), a fim de fundamentar juridicamente a discussão. Esse cruzamento de informações possibilitou compreender tanto os avanços quanto os desafios éticos, sociais e regulatórios envolvidos no uso da tecnologia aplicada ao Direito.

Resultados e Discussão

Os resultados apontam que a Inteligência Artificial já se mostra um recurso valioso no âmbito jurídico, auxiliando na redução de burocracias e na otimização da análise de grandes volumes de dados. Softwares de automação e bancos de dados inteligentes ampliam a capacidade de interpretação de precedentes, oferecendo maior previsibilidade às decisões. Observa-se, contudo, que tais benefícios coexistem com desafios relevantes: a

possibilidade de vieses algorítmicos, a ausência de regulamentação específica para muitas ferramentas e a necessidade de preservar a autonomia crítica dos operadores do Direito. O estudo demonstra que a tecnologia, quando utilizada de forma responsável, pode ampliar o acesso à justiça e democratizar informações jurídicas, mas exige constante monitoramento ético e normativo. Assim, discute-se a importância da regulação e da capacitação profissional para que a IA se torne uma aliada efetiva e não uma ameaça ao devido processo legal.

Conclusão

Conclui-se que a Inteligência Artificial, aplicada de forma ética e regulada, pode transformar positivamente o Direito, tornando-o mais acessível, ágil e transparente. Contudo, sua implementação demanda atenção a riscos como vieses, privacidade e responsabilidade jurídica, reforçando a necessidade de um equilíbrio entre inovação e segurança normativa.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, 2018.
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
SILVA, José Afonso da. Aplicações da Inteligência Artificial no Direito. Revista Jurídica, v. 12, n. 3, 2021.